



Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/10/2016, revogando o Decreto nº. 437/2016.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

VALDEMIER FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO nº. 110/2018

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor MARIO DOS SANTOS.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal, bem como com fulcro no artigo 40, §1º, III, 'b' da Constituição da República Federativa do Brasil c/c artigo 45 e 46 da Lei Municipal nº. 2037/2009, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo autuado sob nº. 1969/2018,

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**, com fundamento no artigo 40, §1º, III, 'b' da Constituição Federal e os artigos 45 e 46 da Lei Municipal nº. 2037/2009, ao servidor **MÁRIO DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.537-0 SESF/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.069-68, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, inscrito na matrícula sob nº. 90.

Parágrafo Único. Os proventos, serão **proporcionais**, no valor de **R\$ 1.890,72** (um mil oitocentos e noventa reais e setenta e dois centavos) **por mês**, totalizando **R\$ 22.688,64** (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão na mesma forma e na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a variação integral do INPC, conforme artigo 40, §8º da Constituição Federal c/c artigo 30 da Lei Municipal nº. 2037/2009.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiava - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

VALDEMIER FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO nº. 111/2018

Súmula: Decreta o dia 29 de março de 2018, Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Jaguaraiava.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Feriado Nacional do dia 30 de março de 2018 (Sexta-Feira Santa);

Considerando a relevância litúrgica do dia 29 de março de 2018, dia anterior à Sexta-Feira Santa, chamado de **endoenças**, segundo Tradição Religiosa;

Considerando o recesso do Poder Judiciário na data de 29 de março de 2018, conforme Decreto Judiciário nº. 902/2017;

Considerando o recesso do Ministério Público do Estado do Paraná na data de 29 de março de 2018, conforme Resolução nº. 1455/2018;



EXPEDIENTE



Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiava

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016.

Cintia Kappke Medeiros - MTB, nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br

Considerando o recesso do Tribunal do Contas do Estado do Paraná na data de 29 de março de 2018, conforme Portaria nº. 832/2017;

DECRETA

Artigo 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 29 de março de 2018.

Artigo 2º. Serão mantidos os serviços essenciais como os da Saúde (Hospital Carolina Lupion) e Coleta de Lixo, que funcionarão em esquema de plantão ou rodízio, a ser definido pelo Secretário da Pasta.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 099/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigos 67, incisos X, XI e XXV da Lei Orgânica do Município, artigo 68, § 1º da Lei Municipal nº. 2155/2010, e considerando os Protocolos sob nºs. 02624/2018, 02625/2018 e 01548/2018, abrangendo com Adicional de Insalubridade conforme PPRA e PCMSO, Laudado por Função e Cargo pela Chefe de Divisão de Segurança do Município, Sra. Adriana Aparecida Machado, MTB PR/0011506 e corroborado pelo Médico do Trabalho, Doutor Samuel Stallschmidt, CRM/PR 25332,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional aos servidores com cargo em provimento efetivo, abaixo nominados:

Matr.	Servidor	Cargo
5024	ERCIAS ALVES BARRETO	MOTORISTA HABILITAÇÃO C, D e E
3197	RODRIGO JOSÉ DUARTE	MOTORISTA HABILITAÇÃO B
4512	MARIA DE JESUS DE PAULA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Replicado por incorreção.



PROCURADORIA GERAL

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar
Autos nº 5616/2017
Investigado: MOACYR SOUZA DOS SANTOS.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo decreto nº 0562/2017 para apurar fatos e responsabilidades em desfavor do servidor MOACYR SOUZA DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, sobre matrícula nº3295, em que se apura os fatos e responsabilidades ocorridos no período constante-se que o mesmo realizou marcação de ponto no dia 12/04/2017 às 05:59h, sendo incoerente com os registros internos do centro cirúrgico e ao relato da Enfermeira responsável Sra Mariana. Havendo a informação de que o servidor tem constantemente se ausentado, alegando auxílio a família doente, além das ausências nos dias 24/03 e 27/03 no período da tarde comprometendo a rotina do setor. (fls.07). Ainda, as informações prestadas do centro cirúrgico do hospital Carolina Lupion o servidor ausentou-se no dia seis de abril de dois mil e dezesesse, pelo período da tarde, com o fim de resolver problemas particulares, houve o pedido da responsável que o investigado fizesse para exercer suas funções no setor. No dia 7 de abril de dois mil e dezesesse, o funcionário solicitou a sua dispensa, requerente abaixo pelo artigo 52 da Lei Municipal 2155/2010, sem que acontecesse o pedido no período de 48 horas, o mesmo foi negado pela gerência da enfermagem, porém o servidor não compareceu no ambiente de trabalho. Dessa ocasião o servidor mandou uma mensagem via celular avisando que não via trabalho devido a problemas de saúde, tendo apenas comparecido no período da tarde. Relatando também, que o funcionário se ausenta constantemente, por motivos particulares, comunicando a direção (fls.08). Designa a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 562/2017 para apurar os fatos. Instaurado o processo, foram autuados os documentos, após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas e o interrogatório do investigado, encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu que houve o descumprimento dos deveres funcionais, nas atribuições de seu cargo, por ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, também assim, exercer atividades incompatíveis com o exercício do cargo na função em horários de trabalho. Por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela condenação do investigado sobre as alegações apresentadas no Relatório Conclusivo final. E o relatório do necessário. 2. **FUNDAMENTAÇÃO.** Pelas questões instruídas pelo procedimento Administrativo, razões adotadas como fundamento. Abreia-se dos autos, que o investigado apresentou por conta e risco as constantes ausências ao trabalho que fazem presentes no declarado espelho de seu espelho de ponto, bem como sobre as oitivas dos depoimentos dos mencionados fatos. (...) Analisando o conjunto probatório das provas como um todo, é de se destacar que foram acorados ao processo o espelho de ponto, comprovando inúmeras faltas realizadas pelo servidor e assim não comprovadas com justificativas e não justificadas evidentemente justificadas pelas superiores. Não se torna a incoerência de faltas realizada pelo servidor investigado e posteriormente descontadas como faltas de punição pela ausência de um servidor justificada, como faltas justificadas garantem o pagamento completo da remuneração. No entanto, as ausências que deixam de apresentar justificativas mesmo como faltas não justificadas, tendo como consequência o seu desconto dos dias não trabalhados, tratando apenas da consequência do trabalho prestado ou não. Assim, são inexistente as características de punição de um mesmo fato a afrontar aos princípios constitucionais do *non bis in idem*, consistindo a punição do processo administrativo disciplinar no julgamento a relevância especial na instauração para apurar as faltas funcionais do investigado as quais afetam as proibições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no exercício das atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função no horário do trabalho, afinal o servidor público em seu labor tem o dever funcional do cumprimento de horários ao compromisso funcional a urgência e prejuízos, como demonstram os andamentos das atividades realizadas dentro do centro cirúrgico juntados às fls 591/38, coerente a necessidade da presença do servidor ao centro cirúrgico, que em vezes se ausenta para tratar de assuntos particulares, ainda assim, persuadido das provas e saídas do investigado para realização da função de técnico de enfermagem e instrumentador cirúrgico em outros locais nos horários de expediente normal da sua função no hospital Municipal, Carolina Lupion. Que na ocasião, ausentou-se no horário de expediente no dia 6 de abril de 2017, para

resolver situações de cunho particular, que do conjunto probatório às fls. 43. " Que na tarde do dia 6 de abril de 2017, o profissional Moacyr Souza dos Santos apresentou serviços profissionais "nesta instituição", SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITARARE. [...] As provas dirigem também, ... os registros do dia 12 onde o investigado ausentou-se por justificativas de ter tomado medicamentos para dores em sua coluna e declarou ter realizado a injeção do medicamento e de fato ausentado do local do trabalho por algumas horas para aguardar o efeito do medicamento, assim destacou, até a alta de isolamento do hospital para obter o efeito do medicamento e relaxamento, sem que assim a direção obtivesse qualquer informação da ausência e afastamento do investigado. [...] Dessa forma, considerando as medidas disciplinares, juntamente com o Relatório final apresentado pela Comissão Processante, restou comprovado as faltas disciplinares realizadas pelo investigado, a rigor, faltas ou atrasos, injustificados que gerou os respectivos descontos do servidor. Importante ainda mencionar, que tais descontos não afastam a incidência da infração disciplinar, pois não elide a ofensa e as proibições quanto ao dever assíduo e pontualidade do servidor, que assim, submeteu-se a ausentar-se do trabalho por conta e risco em horários normais de expediente sem autorização dos seus superiores. 3. **DISPOSITIVO.** Assim exposto, ao conjunto probatório realizado ao processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor investigado Moacyr Souza dos Santos. 1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010; 2. APROVO o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pela condenação do investigado, em seus aspectos formal e material; 3. JULGO o servidor MOACYR SOUZA DOS SANTOS, matrícula 3295, culpado, por infringir a Lei Municipal 2155/2010, nas proibições do Art. 122, I, -ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe imediato, ainda o Art. 122, XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho. 4. DECIDO, pela aplicação da penalidade de suspensão de 01(um) dia ao servidor MOACYR SOUZA DOS SANTOS, com previsão na Lei Municipal 2155/2010, artigo 132, inciso II, sem vencimentos e sem a contagem de tempo na carreira como servidor, para todos os efeitos. 5. **DETERMINO.** A vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município. Cumpra-se. Jaguaraiava, 19 de março de 2018. **JOSÉ SLOBODA**, PREFEITO

EXTRATO, TERMO ADITIVO, PROTOCOLO GERAL 8064 - 14125/2016, CONTRATO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO, CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA/PR, CONTRATADA: EXPRESSO TRANSPEN LTDA, CNPJ 13,207092/0001-27, Prolonga-se o prazo contratual pelo período de 6 meses, com efeitos a partir de seu vencimento até 30 de junho de 2018.

EXTRATO, PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2016, OBJETO: Aquisição de um elevador automotivo para atender as necessidades do Departamento de Garagem e Oficina CONTRATADO ADMINISTRATIVO Nº 146/2018, CONTRATADO: KHA TECNOLOGIA BRASIL EIRELI, CNPJ/MF 19,729,347/0001-06, Homologação 14/03/2018, Valor Global Contratual: R\$9.460,00(nove mil quatrocentos e sessenta reais), Prazo de Entrega: 180 dias, Assinatura: 21/03/2018,

EXTRATO, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº5/2018, OBJETO: Instalação de Câmara de Vigilância no Almoarifado da Secretaria Municipal de Educação, cultura e Esporte, CONTRATADO ADMINISTRATIVO Nº 147/2018, CONTRATADO: JOÃO MARIA TABORBA - ME, CNPJ/MF 07,329,281/0001-70, Homologação: 14/03/2018, Valor Global Contratual: R\$2.718,00(dois mil setecentos e dezoto reais), Prazo de Execução 30 dias, Vigência: 180 dias, Assinatura: 21/03/2018,

JULGAMENTO

Processo nº 1862/2017

Sindicância: Averiguação dos fatos descritos no protocolo nº 1862/2017, que informa sobre possíveis procedimentos irregulares adotados nos sepultamentos no cemitérios municipais, dentre outras denúncias a serem averiguadas.

1. **RELATÓRIO.** Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que: Cuida-se de processo de sindicância instaurado pelo Decreto nº 356/2017, para apurar os fatos descritos: Em registro ao ofício apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação, obtêm-se a informação que a funerária memorial serviços funerários Ltda., tem deixado de recolher as taxas de sepultamentos e apresentar os óbitos no prazo estipulado pelo cartório de registros civil das pessoas naturais da comarca de Jaguaraiava onde a mesma recebeu ofício na data 30/11/2016 onde os óbitos deverão ser lavrados em 24 horas. [...] O responsável pelos cemitérios informa que foram realizadas inúmeras tentativas para resolver a situação, mas não obteve êxito. Diante da presente situação a..., foi notificado (fls.09) para o cumprimento de determinação administrativa a fim de regularizar os serviços funerários dos quais os sepultamentos relacionados acima que encontram-se pendentes os pedido de sepultamento com a comprovação do óbito, bem como o recolhimento das taxas que não foram evidentemente comprovados os seus recolhimentos, sob pena do descredenciamento da funerária, ficando impedido de executar qualquer tipo de serviços funerários na cidade de Jaguaraiava, ainda assim, será comunicado o Ministério Público do Estado do Paraná, bem como a Delegacia de Polícia local.[...]. O Hospital Carolina Lupion dispõe do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde próprio aprovado por órgão fiscalizador competente que proíbe o depósito de resíduos de saúde de outros estabelecimentos particulares, sendo que as duas funerárias que prestam serviços dentro do Município de Jaguaraiava, utilizam-se da prestação de serviços empresa especializada Medie Tec para o destino final dos resíduos de saúde. Comprovam os autos que as situações das funerárias que prestam serviços dentro do Município de Jaguaraiava/PR (fls. 89).[...] Abstra-se do conjunto probatório que a realização do transporte de corpos de outras localidades ao Município de Jaguaraiava, estes nem sempre são transportados com a certidão de óbito, mas sempre apresentando a declaração de óbito e a guia do sepultamento, que por ocasião do horário em que é realizado a retirada do corpo para o transporte muitos cartórios não estabelecem um sistema de planilhas para o atendimento imediato ficando pendente para o retorno posteriormente, levando assim em alguns casos vários dias para serem emitidos a certidão de óbito do cartório. E o relatório do necessário. 2. **DISPOSITIVO FINAL.** O Relatório Final bem analisou o levantamento das questões, razões que adoto como fundamento sobre o amparo do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município. Após minuciosa análise documental, com observância do procedimento previsto com base na lei municipal 2155/10, a Comissão Administrativa Disciplinar entendeu que Os serviços realizados pelas funerárias devem estar em conformidade com os trâmites legais estabelecidos para o procedimento do preenchimento do requerimento para a solicitação do sepultamento, demonstrando assim que o maior problema tem sido apresentado nos finais de semana devido a não expedição de documentos no exato momento da solicitação do sepultamento. Que os pedidos são realizados mediante a solicitação na portaria do cemitério e as guias para pagamento de taxas, expedidas pelo Departamento de Tributação que em finais de semana e horários diferenciados encontra-se fechado, ficando pendente o recolhimento para posteriormente. Devido a forma como esta sendo emitida a guia do recolhimento é que tem apresentado casos da ocorrência de inadimplências nos pagamentos das taxas, inclusive o extrativo de requerimentos que ficam pendentes de serem retomados para o cemitério e não voltam mais. As diferenças existentes de valores nas taxas são cobradas em razão da manutenção da taxa de sepultamento e taxa de exumação, porém as diferenças acontecem no Cemitério do Parque da Saudade que ainda não ocorreu nenhuma exumação e sim cobrado somente a taxa de sepultamento. Os levantamentos realizados, constatou-se de inúmeras taxas e situações em aberto a serem regularizadas. Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual, determino a Secretaria de Finanças e arrecadações que realize o levantamento de todas as pendências dos serviços de sepultamentos não recolhidos, notificando a empresa inadimplente para o recolhimento dos valores, ainda assim, seja submetida a estudo da Secretaria de Finanças, Secretaria de Infraestrutura e Habitação em conjunto com a Secretaria Administração a possibilidade na mudança do sistema do requerimento do sepultamento nos cemitérios municipais, com a implantação sistematizada do protocolo de sepultamento com a imediata expedição das guias de recolhimento a serem confeccionadas no ato do pedido na portaria do cemitério. Não havendo pendências, arquivar-se os autos com as devidas anotações. Cumpra-se, Publique-se, registre-se, Jaguaraiava, 22 de dezembro de 2017. **JOSÉ SLOBODA**, PREFEITO